

EDITAL N.º AL/01/2016

A DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A., abreviadamente designada por Docapesca, com sede na Av. Brasília – Pedrouços, 1400-038 Lisboa, telefone – 213 936 100, fax - 213 936 101 e com o endereço eletrónico docapesca@docapesca.pt, no uso das funções e competências de Autoridade Portuária que lhe foram cometidas pelo Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, vem, por este meio divulgar as seguintes **Regras de Utilização do Fundeadouro do Porto de Pesca de Albufeira**, infraestrutura portuária localizada no interior do Porto de Pesca de Albufeira, zona sob a sua jurisdição, as quais são de cumprimento obrigatório por todos os utilizadores:

1. O fundeadouro destina-se exclusivamente a embarcações de pesca profissionais, previamente autorizadas pela Autoridade Portuária (AP), não sendo permitida a utilização desta infraestrutura por embarcações de recreio ou outras não autorizadas.
2. A autorização para amarração de embarcações é válida apenas para o titular e para a respetiva embarcação, devidamente identificada.
3. Os utilizadores do fundeadouro estão obrigados a amarrar as suas embarcações nos locais indicados pela AP, em condições de perfeita segurança e flutuabilidade, sendo responsáveis pelo bom estado de conservação dos cabos secundários utilizados entre o cunho do barco e a “manita” da amarração principal.
4. Os cabos utilizados para aquela ligação secundária devem ser de dimensão adequada e estar em bom estado de conservação.
5. Em caso de mau tempo, com agitação marítima, os utilizadores do fundeadouro devem tomar todas as providências necessárias e adequadas à proteção das embarcações fundeadas e acatar todas as ordens, orientações e eventuais Avisos à Navegação divulgados pela Autoridade Marítima Nacional (AMN) e/ou transmitidas pela AP.
6. Deveres dos utilizadores durante a permanência no fundeadouro:
 - a) A permanência das embarcações no local não deve causar constrangimentos aos demais utentes

e utilizadores da infraestrutura, devendo os utilizadores respeitar as regras de boa vizinhança, urbanidade e mútuo respeito;

- b) Manter as embarcações em condições de perfeita flutuabilidade e em bom estado de conservação e limpeza;
- c) Dotar as embarcações de defensas adequadas, em bom estado de conservação, operacionalidade e devidamente colocadas de modo a que possam ser eficazes no caso de pequenos encostos e pancadas resultantes das manobras das embarcações;
- d) Não prejudicar a segurança das amarrações nem das restantes embarcações;
- e) Não navegar a velocidade superior a três nós à entrada, no interior ou à saída do fundeadouro, a fim de não provocar ondulação tendente a prejudicar a segurança e bem-estar dos demais utentes;
- f) Observar todas as demais regras que vierem a ser definidas pela Docapesca, relativas à permanência e utilização da infraestrutura;
- g) Manter atualizado e disponibilizar aos serviços da Docapesca o contacto, do proprietário (ou seu representante) da embarcação, nomeadamente morada e número de telefone a fim de facilitar o rápido contacto, em caso de emergência ou força maior;
- h) Assegurar toda a disponibilidade para, a qualquer hora, resolver eventuais situações relacionadas com a segurança da amarração da embarcação e bens nela depositados.

7. É expressamente interdito na referida infraestrutura:

- a) Executar quaisquer trabalhos de limpeza ou reparação das embarcações;
- b) Posicionar as embarcações ou qualquer objeto que dificulte ou condicione o acesso por outros utilizadores/embarcações;
- c) Banhar-se ou praticar natação e mergulho;
- d) Pescar, praticar caça submarina ou outra atividade subaquática, nomeadamente largar ou manter artes de pesca na zona do fundeadouro e no interior das demais zonas do Porto de Pesca de Albufeira;
- e) O manuseamento e armazenagem de substâncias tóxicas ou perigosas para a saúde pública;
- f) O depósito de quaisquer materiais;

- g) Efetuar quaisquer alterações na infraestrutura do fundeadouro e/ou nas suas amarrações principais.
8. Como contrapartida, os utilizadores estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas no Regulamento em vigor na Delegação Sul da Docapesca, nomeadamente estão sujeitos ao pagamento da TUP, na modalidade de avença anual.
9. A falta de pagamento das taxas devidas como contrapartida pela utilização do fundeadouro poderá determinar a revogação da autorização de permanência no local.
10. Por motivos de força maior ou de segurança das embarcações e da infraestrutura, a Docapesca, na qualidade de Autoridade Portuária (AP), em colaboração com a Autoridade Marítima, poderá proceder à deslocalização de uma determinada embarcação de um sítio de amarração para outro, sem o prévio conhecimento do seu proprietário, que será posteriormente informado da ocorrência e do motivo que a originou.
11. As embarcações de apoio devem encontrar-se devidamente identificadas.
12. A Autoridade Portuária em colaboração com a Autoridade Marítima realizará, anualmente ou sempre que se justificar, uma inspeção subaquática ao fundeadouro.
13. É da responsabilidade dos proprietários das embarcações ou dos seus legais representantes a reparação de quaisquer estragos causados nas infraestruturas, equipamentos ou utensílios, provocados pelas suas embarcações ou funcionários ao seu serviço.
14. É da responsabilidade dos proprietários das embarcações ou dos seus legais representantes a limpeza de quaisquer detritos provenientes da sua atividade.
15. As ações de reparação de estragos e limpeza, referidas anteriormente, deverão ser realizadas nos termos, prazo e condições determinados pela Docapesca.

16. No caso de ações ou omissões dos utilizadores que resultem encargos para a Docapesca os mesmos serão responsabilizados e penalizados de acordo com as regras em vigor.
17. Os utentes do fundeadouro, devem utilizá-lo com redobrada atenção e tomar as indispensáveis precauções com vista a evitar a ocorrência de acidentes, atendendo aos riscos naturais a que tais infraestruturas se encontram sujeitas.
18. A utilização do fundeadouro em violação do estabelecido no presente Edital faz incorrer o seu infrator numa conduta punida como contraordenação, com as coimas previstas no Decreto-Lei n.º 49/2002, de 2 de março, além de, a Docapesca, na qualidade de entidade gestora do Porto de Pesca de Albufeira, poder declarar a revogação imediata da autorização de utilização concedida.

Lisboa, 11 de Maio de 2016

O Conselho de Administração



Maria Isabel Guerra
Vogal do
Conselho de Administração



Pedro Ferreira
Vogal do
Conselho de Administração



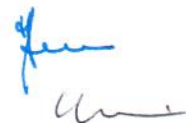
Heer
Ami

Mapa Quadra de Boias de Albufeira



Nº Boia	Embarcação:	Registo:	Proprietário:	
A-1	Sra. Dos Aflitos			
B-1	Tó Manél			
B-2	Peixe Aranha			
B-3	Barreto	AL-583-L	João Carlos Barreto	
C-1	Ninja	LG-585-L	Filipe Estevão	
C-2	Cristo Rei			
C-3	São Jorge	AL-582-L	Abel José Pina	
D-1	Beato Vicente			
D-2	Branquinho	AL-571-L	Francisco Manuel	
D-3	Jorge Manuel	Q-1119-L	Antero Manuel Nobre	
D-4				
D-5	Mendonça	PM-1251-L	António de Jesus	
E-1	Vai Trabalhando			
E-2				
E-3	Nova Paciência	PM-1198-L	Mário Bila Arvela	
E-4	Nova Fé	AL-569-L	José Bastardinho	
E-5	Capricórnio	AL-557-L	Nuno Neto Silva	
E-6	Amigos	PM-1237-L	Rui dos Santos	
F-1	Tiago Miguel			
F-2	Cavalinho	PM-1260-L	Carlos de Jesus	
F-3	Timila	AL-590-L	Fernando Rodrigues	
F-4	Carla Patrícia	AL-543-L	Jorge Arveloa	
F-5	Praia da Mareta	AL-544-L	Miguel dos Reis	
G-1				
G-2				
G-3				
G-4				
G-5				
H-1	Depois do Adeus	AL-484-L	Jorge Duarte	
H-2				
H-3	III Dukes			

Mapa Quadra de Boias de Albufeira



H-4	O Polvo	PM-1204-L	Fernando Bento Jesus
H-5			
I-1	Rute Iara		
I-2	Sagitário	AL-562-L	Celestiano Penas
I-3			
I-4			
I-5			
J-1			
J-2			
J-3	Sra. da Boa Viagem	AL-519-L	José Manuel Neto
J-4	Anita	AL-525-L	José Cabrita Bravo
J-5			

Total de boias: 43

Total ocupadas: 22